

João Pessoa, PB, 9 a 15 de setembro de 2013 - nº 37 - Ano XVI

## Violência inadmissível

Contra fatos não há argumentos. A falta de uma política de segurança vem resultando no crescimento estratosférico da violência na Paraíba. Na semana passada, somente em João Pessoa, ocorreram 12 assaltos a ônibus, num intervalo de 6 horas. No interior do Estado, bandidos explodiram dois bancos num intervalo de 10 minutos.

Há tempo o Sindifisco-PB denuncia a inoperância do Governo nessa área. No caso do Fisco, os auditores fiscais também se sentem acuados e reféns do medo. Setores da fiscalização estão vulneráveis devido à falta de policiamento, principalmente os postos fiscais. Esperamos que não haja uma tragédia em alguma dessas repartições para o Governo, enfim, decidir tomar providências.

## Comissões das PECs 186 e 147 são instaladas

A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, Fenafisco, reuniu em Palmas-TO, quinta-feira última (12), as entidades filiadas para a reunião do Conselho Deliberativo, ocasião em que o Sindifisco-PB esteve presente. Entre outros pontos, as entidades elaboraram as estratégias de atuação da Fenafisco para aprovação, no Congresso Nacional, das Propostas de Emendas à Constituição 186/2007 e 147/2012. As duas PECs já tiveram suas comissões especiais instaladas, que terão a incumbência de emitir parecer.

### Deputados paraibanos

Entre os nomes indicados pelos partidos às Comissões Especiais estão os dos deputados federais paraibanos, no caso da PEC 186, na condição de titular Manoel Junior e, suplentes, Hugo Mota, Wilson Filho e Leonardo Gadelha. Os da Comissão da PEC 147 foram Manoel Júnior e Wilson Filho, ambos titulares, e Luiz Couto, suplente.

Em recente mobilização da Fenafisco no Congresso Nacional, os parlamentares se mostraram solícitos às duas matérias e garantiram apoio à aprovação dos textos na Câmara.

### Secretário parceiro do Fisco

Na abertura da reunião do Conselho Deliberativo da Fenafisco, o Secretário da Fazenda do Tocantins, Marcelo Olímpio, elogiou as ações e condutas do Fisco que não se limita, destacou, a lutar apenas pelos interesses da classe, mas também da sociedade. Ele confirmou disposição em colaborar para a implantação da Lei Orgânica do Fisco, pois entende que a sociedade ganha com o fortalecimento da administração tributária. Ele também garantiu que o Governo é parceiro para fortalecer o Fisco e consolidar a carreira.

## Jampa Digital: a vez dos deputados

Com o pedido de instalação da CPI do Jampa Digital, protocolado na Assembleia Legislativa pelo deputado Gervásio Maia, está nas mãos dos demais parlamentares a responsabilidade de trazer à tona mais verdades sobre o escândalo que mancha o nome da Paraíba.

Recentemente, o Fórum dos Servidores e outras entidades de movimentos sociais e sindicais subscreveram e protocolaram, junto à Mesa Diretoria da ALPB, pedindo a instalação da CPI.

Segundo as investigações da Polícia Federal, os recursos do projeto Jampa Digital foram desviados para campanha do então candidato a Governador Ricardo Coutinho, que mesmo com a gravidade do caso, não se pronuncia oficialmente e a população exige esclarecimentos.

## Jampa Digital: ações na Justiça

No afã de desviar a atenção da opinião pública sobre o escândalo Jampa Digital, o Governador Ricardo Coutinho divulgou, em julho, nota na qual tenta desqualificar o trabalho do delegado da Polícia Federal que investigou o crime.

Diante do lamentável fato, o Sindifisco-PB apoia a medida da Associação dos Delegados da PF que ingressou, na semana passada, com ações judiciais de indenização por danos morais causados pelo Governador e mais quatro pessoas. A Polícia Federal desenvolve seu trabalho, notadamente, com isenção e competência, por isso detém a credibilidades e o respeito da sociedade.

## CCJ do Senado na contramão

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado seguiu na contramão dos anseios da sociedade ao aprovar o Voto em Separado ao PLS 264/2013, proposta do Senador Cássio Cunha Lima, que permite de doação de dinheiro por parte de empresas para campanhas eleitorais.

A proposta do Senador paraibano vai de encontro à Reforma Política pretendida pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, MCCE, que congrega OAB, CNBB, UNE, Fenafisco, entre outras entidades de representatividade nacional, que discute um projeto amplo e que consta a proibição do financiamento de campanha por empresas. Nas eleições de 2010, 98% das doações foram feitas por empresas e 2% por cidadãos. Todos sabem que os grandes conglomerados econômicos não estão preocupados com os interesses do povo.

O MCCE pressionará o Senado Federal para que convoque a sociedade para discutir a Reforma. O povo quer participar das grandes decisões do País.